



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

COMITÊ TÉCNICO DO PLANO DIRETOR

ATA DE REUNIÃO - 13/11/2015

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e quinze, estando presentes o Reitor, Professor Roberto Leher; o Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Roberto Gambine; o Pró-Reitor de Gestão e Governança, Ivan Carmo; o Prefeito Universitário, Paulo Mario Ripper; o Diretor do Escritório Técnico da Universidade, Márcio Escobar; a Diretora do *Campus* de Macaé, Professora Arlene Gaspar, acompanhada do Professor Robson Matos; a Diretora do Polo de Caxias, Professora Raquel Soares; a Decana do Centro de Letras e Artes, Professora Flora Paolif, acompanhada de sua Vice-Decana, Professora Cristina Trajan, e de seu Superintendente Marcelo Cantizano; a Decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Professora Lilia Pougy; a Superintendente Acadêmica do Centro de Ciências da Saúde, Professora Anaize Borges; o Superintendente do Centro de Tecnologia, Waldir de Mendonça Pinto; o Vice-Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Professor Antonio José Oliveira; ocorreu reunião para tratar dos objetivos do Comitê Técnico do Plano Diretor da UFRJ. A reunião iniciou com a palavra do Reitor, que destacou a importância do grupo formado para a atualização do Plano Diretor - documento estabelecido em um determinado contexto, com expectativas de maiores recursos, e com algumas lacunas relacionadas à previsão de ações de infraestrutura da universidade considerando as instalações existentes, atualmente exauridas (sobretudo em questões de subestações de energia, tecnologia da informação, água, esgoto, reforços estruturais), e o fato de áreas da universidade, como Praia Vermelha, unidades do Centro, Macaé e Caxias, que não foram (ou foram mal) contempladas pelo documento, além de sua revisão necessária em função do próprio dinamismo da universidade, que apresenta novas demandas de adequação da expansão da estrutura acadêmica. O Reitor também ressaltou que espera uma atualização célere e completa do Plano Diretor, com definição de regras claras, procurando estabelecer uma ordem de prioridades para a destinação dos recursos da universidade, que possibilite o acompanhamento transparente da execução de obras e de eventuais dificuldades. O Reitor informou sobre a necessidade de avaliação das condições atuais de evolução da infraestrutura, fornecendo um diagnóstico preciso e atualizado para um planejamento mais adequado com metas anuais. Por fim, reconheceu a complexidade e a dificuldade do trabalho proposto, mas demonstrou convicção de que o Comitê Técnico será de grande importância para a universidade, por oferecer planejamento de longo prazo como alternativa à administração das necessidades urgentes surgidas no cotidiano. A seguir, o Pró-Reitor de Planejamento e Infraestrutura apresentou a proposta de Regimento do grupo, com uma organização que permita o encaminhamento das decisões técnicas do Comitê aos órgãos técnicos da universidade, para posterior avaliação. O Pró-Reitor ressaltou a necessidade de discussão, pelo grupo, das demandas (novas ou represadas) de alterações espaciais, destacando que estas devem estar atreladas ao planejamento orçamentário de médio prazo, em função do grande número de intervenções necessárias, procurando estabelecer metas até o fim da gestão, em 2019 (e, invariavelmente, o início da próxima gestão). O Pró-Reitor destacou a importância da presença dos decanos no grupo, que poderão estabelecer com melhor propriedade a relevância dos novos projetos e demandas para o Comitê. A Decana do Centro de Letras e Artes pediu a palavra para ressaltar a importância de um diagnóstico prévio e minucioso das obras em andamento, com a identificação da responsabilidade por cada uma delas, capaz de oferecer ao Comitê uma visão geral sobre as necessidades atendidas e a consequente definição de novas prioridades. O Pró-Reitor assentiu e acrescentou que o Plano Diretor atual da universidade apresenta conceitos gerais, como uma diretriz para a elaboração de um Plano Diretor mais definidor, que deveria conter políticas gerais da universidade, mais claras, de gestão nos distintos temas contemplados pelo documento, como mobilidade, sustentabilidade, manutenção etc., evitando a prática isolada de determinadas unidades, sem um padrão abrangente anteriormente previsto. Outro aspecto mencionado como de grande importância e emergencial foi a elaboração de uma política de gestão de manutenção dos

edifícios existentes, complementando os EPLAMs com a proposta de incluir, em seu escopo de trabalho, questões de TI e manutenção. A seguir, o Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças pediu a palavra para destacar que seria importante delegar ao Comitê Técnico do Plano Diretor a proposta inicial das demandas prioritárias, para encaminhamento e análise posterior da adequação destas à disponibilidade orçamentária. A Decana do Centro de Letras e Artes aproveitou a oportunidade e ressaltou a necessidade de estabelecer a prioridade de recursos para urgências, além de implementar maior eficiência aos gastos dispensados. O Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças concordou e avaliou que a captação de recursos para a universidade é baixa e poderia ser ampliada. Em seguida, o Pró-Reitor de Gestão e Governança informou que está em andamento uma avaliação geral do patrimônio imobiliário da universidade, visando ao melhor aproveitamento financeiro do espaço locado para utilização externa. Outro aspecto mencionado pelo Pró-Reitor foi a atualização dos valores pagos por energia e água pelos permissionários à universidade, processo que já está em andamento, tendo sido iniciado no âmbito do Centro de Tecnologia. O Pró-Reitor também afirmou que a proposta de novos usos dos espaços disponíveis na universidade deve ser feita pelos gestores locais, melhores conhecedores das necessidades existentes, entretanto, com a prerrogativa de ser avaliada posteriormente pelo Comitê Técnico do Plano Diretor, o que impedirá o conflito entre o planejamento financeiro e a execução das novas obras. Logo após, a Decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas pediu a palavra para concordar com a proposta do grupo, com a avaliação das atividades planejadas no escopo do Plano Diretor UFRJ 2020, o que permite a projeção da expansão das ocupações. Entretanto, reafirmou como necessidade anterior, a realização de um diagnóstico da situação atual, em função do planejamento demasiadamente ambicioso proposto anteriormente, com desequilíbrio na destinação dos recursos, concentrados no *campus* do Fundão. Para a Decana, existe a necessidade de um planejamento amplo, além do aspecto meramente financeiro, com a definição “do lugar para onde a UFRJ quer ir”. Outro aspecto ressaltado pela Decana foi a importância do Comitê Técnico como grupo assessor dos órgãos decisórios, capaz de ampliar o debate junto ao corpo social da universidade, sobretudo através dos decanos, em uma via de mão-dupla. Por fim, destacou a necessidade do planejamento, que deve se sobrepor em meio às dificuldades impostas pela crise financeira atual. A palavra foi passada ao Diretor do Escritório Técnico da Universidade, que indicou a importância da presença da representação estudantil no grupo, em função das políticas estudantis constantes do Plano Diretor, além da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação. O Diretor destacou ainda a necessidade do grupo de propor políticas específicas e detalhadas para a manutenção e utilização dos prédios tombados pelo IPHAN, que dispõem maiores recursos, bem como de definir a utilização futura dos prédios que serão desocupados, além do planejamento de longo prazo para os campi de Caxias e Macaé. Em relação às políticas estudantis, propôs o dimensionamento das necessidades atuais e a avaliação da política vigente de moradias, que apresenta elevado impacto financeiro, com a construção de prédios e respectiva manutenção, bem como dos restaurantes universitários. Para o Diretor, o Comitê Técnico será a instância capaz de orientar os trabalhos do ETU, que dispõe de número limitado de profissionais para a implementação dos projetos, frente às demandas de novos investimentos. A seguir, o Vice-Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas estabeleceu crítica ao Plano Diretor por prever formas, sem a definição clara da função e dos objetivos gerais da universidade, questionando a política de convergência das unidades para a Cidade Universitária e a falta de política de assistência estudantil, com clareza da abrangência dessa assistência. Depois, o Prefeito Universitário abordou a dificuldade de oferecer os serviços de infraestrutura necessários às unidades, sem o devido planejamento prévio da expansão, citando como exemplo a assistência estudantil. A Decana do Centro de Filosofia e Ciências Humanas aproveitou a oportunidade para abordar a necessidade de se manter uma equipe de manutenção permanente, de forma ordinária. O Pró-Reitor de Gestão e Governança explicou que a realização de concursos para a admissão de novos funcionários para os serviços de manutenção está extinta, o que impõe a necessidade de contratação de serviços terceirizados, sendo, no entanto, adquirido o serviço completo, respeitando-se um cronograma previamente definido, ao invés da contratação de funcionários terceirizados, transferindo para a universidade apenas a responsabilidade pela fiscalização dos serviços. O Pró-Reitor explicou que tal preferência pode impor um preço maior no momento da

contratação, entretanto, com custo menor ao final dos serviços, comparativamente. O Pró-Reitor prosseguiu explicando que o funcionamento atual dos serviços de manutenção na universidade está sob responsabilidade dos SMTs (Serviços de Manutenção Técnica), vinculados aos escritórios de planejamento em algumas das decanias, como o CT, CCS e CCMN, além de Prefeitura Universitária e ETU, oferecendo como alternativa a proposta de contratação de empresas que prestem os serviços completos de manutenção, de forma rotineira e preventiva, e não somente funcionários, com o gerenciamento sendo feito por um escritório de planejamento e fiscalização (EPLAM) em cada centro, composto por engenheiros, arquitetos e técnicos, com autonomia para a execução de projetos que não tenham impacto de consumo de energia e ampliação de áreas e que não gerem despesas extras, relegando ao ETU apenas a responsabilidade de fiscalizar a qualidade desses projetos e a sua execução. O Pró-Reitor explicou que existe uma proposta de estabelecer EPLAMs específicos para os *campi* da Praia Vermelha, Macaé e Caxias, e para as unidades do Centro, em substituição à Subprefeitura Universitária existente. O Prefeito Universitário pediu a palavra para acrescentar que a manutenção proposta deverá ser pró-ativa, com pagamento sendo realizado pela modalidade homem/hora, de forma que a empresa contratada apresente os serviços que deseja executar com o respectivo orçamento, para serem submetidos à avaliação do grupo de fiscalização. A seguir, o Superintendente do Centro de Tecnologia ressaltou que, frente ao estado crítico atual dos prédios, é necessário uma postura reativa, com atuação de um grupo emergencial, em função do nível de degradação das instalações. O Diretor do Escritório Técnico da Universidade pediu a palavra para informar que a proposta dos EPLAMs nos diferentes centros contempla as necessidades urgentes e as planejadas. Logo após, o Pró-Reitor de Gestão e Governança propôs um maior esclarecimento da proposta dos EPLAMs em um momento futuro. Em seguida, a Superintendente do Centro de Ciências da Saúde destacou, para a possibilidade de um bom planejamento, a importância de uma avaliação prévia em cada unidade, feita pelas unidades que já possuem os EPLAMs e, pelas demais, com o apoio da Prefeitura Universitária e do ETU, que dispõem de um maior conhecimento acerca da realidade dos prédios, de forma geral. A Superintendente acrescentou, em relação aos processos licitatórios de obras, que a estruturação dos EPLAMs, representaria uma maior eficiência dos processos, inclusive com economia de recursos, propondo também a utilização do recurso legal do Regime Diferenciado de Contratação, ao invés do tradicional processo licitatório, com a intenção de alcançar maior agilidade nos referidos processos. A Superintendente ressaltou que a maioria das contratações é feita atualmente através da adesão a atas já existentes, em função da celeridade que esse tipo de contratação permite. A seguir, o Pró-Reitor de Gestão e Governança afirmou já haver dois processos com o Regime Diferenciado de Contratação em andamento, ao que o Diretor do Escritório Técnico da Universidade expressou opinião contrária ao referido regime em função da contratação ser feita apenas com o projeto básico, o que por vezes resulta em falhas identificadas somente no momento da elaboração dos projetos executivos, causando, em algumas circunstâncias, até mesmo a paralisação de obras. A Superintendente do Centro de Ciências da Saúde argumentou, então, que para superar esse tipo de dificuldade, é importante a especificação prévia e detalhada do objeto contratado. A Superintendente acrescentou que entende ser necessário realizar levantamento da população universitária (sugerindo inclusive consultas à Pró-Reitoria de Graduação e aos relatórios da Comissão Própria de Avaliação para obtenção dos dados) que demandam serviços de assistência estudantil, como alojamento, restaurante universitário, biblioteca e transportes, bem como estabelecer critérios para identificar e priorizar aqueles que precisam desses serviços, a fim de dimensionar com maior propriedade as políticas da universidade. Por fim, a Superintendente criticou a existência de serviço de alimentação nas dependências dos prédios de moradia, afirmando que tal medida acarreta maior custo, inclusive com prejuízo da higiene do local. Por oportuno, o Vice-Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas destacou a importância do cumprimento dos referidos critérios, uma vez estabelecidos, para a concessão da assistência estudantil, bem como de se prever uma resposta institucional adequada aos que, não atendendo a condições preestabelecidas, usufruem dos benefícios oferecidos pela universidade. A seguir, a Decana do Centro de Letras e Artes questionou a existência de um plano emergencial para o Prédio da Reitoria, em função do grau atual de deterioração da estrutura, ao que o Pró-Reitor de Gestão e Governança afirmou existir, oferecendo-se para apresentá-lo em um momento futuro. Logo após, o Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças corroborou com a necessidade de um

levantamento das metas inicialmente estabelecidas pelo Plano Diretor UFRJ 2020, seguido de uma revisão à luz da realidade atual para definir quais delas devem ser mantidas ou abandonadas, procurando delimitar as políticas de expansão e de manutenção, tendo em vista o longo conjunto de construções que compõem o patrimônio da universidade, de modo a conservá-lo e adaptá-lo às necessidades vigentes, prevendo também o crescimento da estrutura universitária, e propondo técnicas de construção que atendam às futuras gerações de modo satisfatório, para então adequar as decisões à disponibilidade orçamentária existente. Após, a Diretora do *campus* de Macaé expôs as dificuldades encontradas, relacionadas à falta de estrutura para as atividades acadêmicas, sem alojamento e restaurante universitário para atender a alunos provenientes de outras cidades e até estados, bem como a ausência de laboratórios, espaço físico e equipamentos para os cursos, além de ressaltar a necessidade de uma subestação elétrica para o referido *campus*, e de um espaço adequado para a biblioteca, que atualmente funciona em um mezanino de um prédio da prefeitura, com estrutura severamente comprometida, incapaz de comportar o acréscimo necessário da coleção existente, destacando que os problemas relatados decorrem de uma falta de planejamento capaz de suprir as demandas do *campus*, sugerindo que exista a preocupação imediata com a manutenção da estrutura existente. Em seguida, a Diretora do *campus* de Caxias afirmou que vivencia situação parecida com a relatada pela Diretora do *campus* de Macaé, com limitação do espaço atual, em Xerém, o que exigirá a mudança das atividades para Santa Cruz da Serra. A Diretora acrescentou ser importante esclarecer como será executado o planejamento proposto pelo CTPD frente a necessidades tão urgentes que existem na universidade. O Pró-Reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças explicou que as necessidades urgentes devem ser encaminhadas aos setores responsáveis, de acordo com o tipo de dificuldade encontrada. O Diretor do Escritório Técnico da Universidade propôs que seja estabelecida uma meta para o crescimento do número de alunos e cursos oferecidos, com o planejamento da respectiva estrutura demandada nos *campi* de Macaé e Caxias, e afirmou que as questões emergenciais devem ser resolvidas no curto prazo, mas não devem fazer parte das discussões do CTPD. Por fim, o Pró-Reitor de Gestão e Governança propôs a data de 11 de dezembro de 2015 para a próxima reunião do CTPD, às 9h, obtendo a anuência dos demais, ao que foi encerrada a reunião.